

Estado do Paraná

CAMARA MUNICIPAL PROJETO DE LEINº 10/2022

Secreta io Protocolado Sob Nº 90 Em 24 00 fevereiro co 20 22 12120 hs ASS.

SÚMULA: Cria o cargo de Fiscal Tributário Municipal no quadro de Cargos, Carreiras e Salários e dá outras providências.

- Art. 1º. CRIA o cargo de Fiscal Tributário Municipal no quadro de cargos, carreiras e salários do Município de Castro, no âmbito da Lei nº 1.580/2007.
- Art. 2º. O cargo de Fiscal Tributário Municipal comporá o grupo Assistente Técnico, com escolaridade mínima de nível Técnico Profissional, classe inicial simbologia G4, conforme previsto pelo Art. 6º da Lei nº 1580/2007.
- Art. 3º. A descrição das atribuições do cargo de Fiscal Tributário Municipal, que passa a fazer parte do Anexo VII da Lei nº 1.580/2007, é a seguinte:

"Síntese das atribuições: Executar procedimentos de fiscalização e lançamento de tributos de competência municipal.

Atribuições: Realizar procedimentos de fiscalização, desde a abertura do processo fiscal até o encerramento, em conformidade com a legislação municipal, prestando informações sobre os mesmos quando solicitado; analisar, informar e orientar nos procedimentos de denúncia espontânea, consulta, impugnação, recursos e na concessão de incentivos fiscais; emitir certidões e documentos de regularidade fiscal; analisar pedidos de emissão e confecção de documentos fiscais; executar tarefas de fiscalização, lançamento e arrecadação de tributos municipais, sob coordenação dos Auditores Fiscais e do Secretário Municipal de Fazenda; inspecionar estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços e demais entidades quanto à regularidade fiscal; examinar alvarás de localização e



Estado do Paraná

funcionamento, faturas, livros, notas fiscais e qualquer outro documento necessário à constituição do crédito tributário; fiscalizar o cumprimento da legislação tributária; constituir o crédito tributário mediante lançamento; promover a cobrança de tributos, aplicando penalidades se necessário; analisar e informar em procedimentos administrativos fiscais; prestar informações aos contribuintes sobre a legislação tributária municipal; realizar operações de fiscalização em atuação conjunta com servidores públicos de outras Secretarias Municipais, sempre que designado e autorizado pelo superior imediato; verificar as informações e promover a atualização do cadastro imobiliário, com a finalidade de coletar, ratificar, retificar ou adicionar informações relativas a dados cadastrais dos contribuintes e dos bens imóveis visando ao aprimoramento do lançamento e da cobrança das receitas próprias e compartilhadas; analisar, informar e promover a inscrição de débitos em dívida ativa e emitir a respectiva certidão; efetuar procedimentos para arrecadação dos débitos inscritos em dívida ativa; prestar informações solicitadas em processos executivos fiscais; realizar diligências a fim de identificar, cadastrar, notificar e autuar contribuintes sujeitos ao ISSQN, podendo para tanto apreender livros e documentos; emitir relatórios periódicos sobre suas atividades a fim de manter a chefia imediata informada permanentemente; outras atividades correlatas, conforme requerimento da chefia imediata.

Requisitos para o provimento

- **1. Escolaridade:** Ensino Técnico Profissionalizante nas áreas de Gestão e Negócios, Administração, Contabilidade, Finanças, Comércio, Serviços Jurídicos ou Gestão Pública.
- 2. Habilitação: Conhecimentos relacionados aos trabalhos inerentes à categoria."
- **Art. 4°.** Ficam criadas 04 (quatro) vagas do cargo de Fiscal Tributário Municipal no quadro de vagas de provimento efetivo constante do Anexo VI da Lei nº 1.580/2007.



Estado do Paraná

Art. 5°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Castro, em 21 de fevereiro de 2022.

MOACYR EUIAS FADEL JUNIOR PREFEITO MUNICIPAL



Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA

Ao Projeto de Lei que cria o cargo de Fiscal Tributário Municipal no quadro de Cargos, Carreiras e Salários e dá outras providências.

Senhores Vereadores,

Com o presente Projeto de Lei, o Poder Executivo Municipal pretende criar o cargo de Fiscal Tributário Municipal, no quadro geral de cargos do Município de Castro, promovendo alterações na Lei nº 1.580/2007.

O aprimoramento da atividade fiscalizatória no Município de Castro é medida essencial para o combate à sonegação tributária e o aumento da arrecadação, com o fim obter recursos para a implementação e incremento dos serviços públicos.

Nesse sentido, a primeira Ação foi a criação do cargo de Auditor Fiscal (Lei 3.642/2019), a quem competirá a coordenação das atividades fiscalizatórias. Neste segundo momento, busca-se a criação de cargo com atribuições específicas no campo tributário, a fim de proporcionar maior especialização e eficiência no serviço.

Anote-se ainda que, com o mesmo fim de aprimorar a fiscalização tributária, mediante maior qualificação dos servidores, exige-se para a admissão no cargo o nível técnico profissional, em área de gestão, administração, contabilidade ou jurídica.

Por oportuno, cumpre antecipar que após a aprovação deste Projeto e posterior preenchimento das vagas, pretende-se continuar com a reformulação do setor de fiscalização, com a readequação das atuais atribuições de Agentes Fiscais, bem como a criação de cargos específicos de Fiscais de Obras, de Meio Ambiente, de Posturas, Sanitários, entre outros.

Encaminha-se em anexo relatório de impacto orçamentário relativo à criação do cargo, demonstrando o atendimento dos requisitos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Edifício da Prefeitura Municipal de Castro, 21 de fevereiro de 2022.

MOACYR ELIAS FADEL JUNIOR PREFEITO MUNICIPAL